

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 62.386 - RJ (2011/0234912-6)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
AGRAVADO : **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DER/RJ**
PROCURADOR : **BRUNO BOQUIMPANI SILVA E OUTRO(S)**
AGRAVADO : **ENGEBRÁS S/A**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**
INTERES. : **VARGAS VILA CRUVELLO D'AVILA**
ADVOGADO : **VARGAS VILA CRUVELLO D AVILA (EM CAUSA PRÓPRIA) - RJ005320**

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que inadmitiu o Recurso Especial interposto contra acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MONITORAMENTO, COM PROVAS VISUAIS DO COMETIMENTO DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO EM RODOVIAS ESTADUAIS. POSSIBILIDADE. UTILIZAÇÃO DA RECEITA COM A APLICAÇÃO DE MULTAS. LEGALIDADE. REGISTRO DE IMAGENS POR EMPRESA CONTRATADA NÃO CONFIGURA DELEGAÇÃO DE PODER DE POLÍCIA. MULTAS IMPOSTAS POR ÓRGÃO ESTADUAL COMPETENTE (DER-RJ). SINALIZAÇÃO ADEQUADA AVISANDO SOBRE A PRESENÇA DOS RADARES. EDITAL DE LICITAÇÃO. PUBLICAÇÃO EM PERIÓDICO DE CIRCULAÇÃO RESPEITÁVEL. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA COMPROVADA CONFORME AS REGRAS EDITALÍCIAS.

Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público em face de DER/RJ e empresa contratada, com suporte em denúncias feitas por jornais, sustentando, em síntese, a nulidade de contrato celebrado, com intuito de gerenciamento, controle e fiscalização da velocidade nas rodovias estaduais, sob os seguintes argumentos: que a atribuição de emitir os autos de infração seria delegação de poder de polícia; que a sinalização de trânsito seria precária nas rodovias RJ-104 e RJ-106; que o edital de licitação não foi publicado em jornal de grande circulação; que estaria ausente o registro, visto e Anotação de

Responsabilidade Técnica da empresa ré no CREA-RJ; ilegalidade na forma de remuneração fixada pelo Edital. Sentença de improcedência, não vislumbrando qualquer ilegalidade na situação descrita na inicial proposta pelo parquet estadual. Inicialmente, destaque-se que a legitimidade do órgão do Ministério Público para ajuizar ação civil pública para resguardar o interesse público que se destaca na espécie decorre de expressa previsão legal – art. 127 e 129, III, da CF, art. 1º, IV, da Lei nº 7.347/85 e art. 25, IV, ‘b’, da Lei nº 8.625/93. Em relação ao mérito recursal, cabe mencionar que a utilização de meios eletrônicos no controle da velocidade é prestigiada pela jurisprudência (REsp nº 451242 - RS, rel. Min. Luiz Fux). O art. 280, § 2º, da Lei de Trânsito, prevê a hipótese de comprovação da infração por equipamento audiovisual, como o tratado na espécie, podendo este ser contratado a terceiro, ficando a critério da Administração Pública comprar ou locar estes aparelhos de terceiros, sem que isso implique exercício do poder de polícia. O artigo 280, § 4º explicita a quem, no exercício do poder de polícia, cabe aferir a existência do ato infracional e expedir a necessária notificação. Deste modo, verifica-se que nada obsta que nesse procedimento certos atos antecedentes do poder de polícia sejam exercidos por particulares, mediante contrato de prestação. Ademais, no que diz respeito ao exercício do poder de polícia, verifica-se, através de simples leitura da quinta cláusula, item III, do contrato impugnado que não se trata de delegação do poder de polícia, haja vista que a empresa contratada tão somente fornece, conserva e opera o equipamento eletrônico, com o fim de captar as imagens dos veículos infratores, encaminhando-as ao DER/RJ para efetivar a lavratura da multa cometida. No que tange à utilização da receita com a aplicação de multas, o art. 320 do CTB autoriza a aplicação da receita com multas por infração de trânsito, na fiscalização e policiamento. Ora, a comprovação dessas infrações através de meios eletrônicos é apenas uma etapa da fiscalização e do policiamento, podendo ser perfeitamente usada a receita com multas. Por outro lado, a remuneração constante do contrato realizado (“Cláusula sétima – (Preço) – O DER-RJ pagará à contratada, pela prestação dos serviços, o equivalente a 16,98% sobre o valor das multas efetivamente arrecadadas..... – fls.246) encontra-se em harmonia com a previsão do edital (“4.4.2 – O valor percentual a ser declarado pela (s) licitante (s), não poderá ultrapassar a porcentagem de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor das multas efetivamente arrecadadas.....” fls.232) representando sua estipulação um critério objetivo para o equilíbrio contratual, não ofensivo à

moralidade administrativa. Ademais, não cabe ao Poder Judiciário determinar se o preço estabelecido no contrato é justo, ou a sua forma de pagamento, haja vista o poder discricionário da Administração, a quem cabe avaliar a conveniência e oportunidade do ato. Precedentes. Em que pese a aplicação na espécie da parêmia *tantum devolutum quantum appellatum*, disciplinada no artigo 515 do CPC, que estipula que a transferência de competência ao Tribunal se restringe à matéria impugnada cumpre analisar as alegações presentes na inicial que não foram objeto do presente recurso, quais sejam: a irregularidade e/ou insuficiente sinalização ao longo das rodovias, a inadequação da qualificação técnica exigida da empresa ENGEBRÁS e, por fim, a não publicação do edital de licitação em jornal de grande circulação. No que se refere à alegada insuficiência de sinalização nas rodovias quanto à presença dos radares, verifica-se que o magistrado a quo decidiu com acerto, haja vista perícia realizada (fls.566/655), atestando que os trechos das rodovias estaduais RJ 104 e RJ 106 monitoradas por fiscalização eletrônica apresentam farta sinalização, não apresentando locais sem sinalização ou com sinalização encoberta por vegetação. O jornal em que realizada a publicação exigida pelo artigo 21 da Lei de Licitações, tem circulação diária respeitável na região geográfica abrangida pela execução do contrato entabulado, apesar de não ser comparada a circulação de um periódico de gigantesca circulação. Destaque-se, ainda, que: no caso concreto apareceram empresas interessadas na participação do certame, sendo inegáveis os efeitos positivos da publicação naquele periódico; não houve impugnação às regras editalícias, tendo as empresas licitantes a ela aderido sem qualquer reclamação e não houve reclamação de qualquer empresa que tenha deixado de licitar por falta de conhecimento do edital; não houve impugnação do edital por qualquer interessado ou pelo Ministério Público no prazo legal previsto para tal; a falta de impugnação faz presumir a ausência de prejuízo para os interessados. Por fim, quanto à alegada inadequação da qualificação técnica exigida da empresa ENGEBRÁS, percebe-se a fragilidade da tese com a simples leitura do edital de licitação, onde se verifica que, em seu item 4.2, está estabelecido que a qualificação técnica da licitante será comprovada no CREA da região da sede da empresa, até mesmo porque não seria lógico a exigência de registro no local dos serviços ou obras para poder participar da licitação, haja vista que ainda não se foi decidido o vencedor do certame. Porém, quando a empresa ré, ora apelada, venceu a licitação promoveu a regularização de seu registro junto ao Conselho Regional do Estado do Rio de

Janeiro. Ademais, o artigo 58 da Lei 5.194/66 ("Se e profissional, firma ou organização, registrado em qualquer Conselho Regional, exercer atividade em outra Região, ficará obrigado a visar, nela, o ser registro") diz apenas a respeito de empresa contratada e não empresa licitante, o que permite a interpretação de que a exigência do visto do registro no conselho regional do local da execução do contrato destinasse-se apenas ao vencedor do certame licitatório. Com relação ao artigo 69 da Lei 5.194/66 ("Só poderão ser admitidos nas concorrências públicas para obras ou serviços técnicos e para concursos de projetos, profissionais e pessoas jurídicas que apresentarem prova de quitação de débito ou visto do Conselho Regional da jurisdição onde a obra, o serviço técnico ou projeto deva ser executado") encontra-se sem aplicação por Decisão Plenária do TCU nº: 434/93 (Dou 13/10/1993). Assim, basta que o licitante comprove o registro no conselho regional do local onde o licitante exerce sua atividade precipuamente. Insta salientar que o art. 30, I, da lei 8.666/93 exige, para efeitos de qualificação técnica, apenas o registro ou inscrição na entidade profissional competente, não mencionado qualquer necessidade de visto do registro no conselho regional do local da obra, o que reforça o entendimento de que somente por força do art. 58 da Lei 5.194/66 surge tal necessidade e apenas no momento da contratação. Ademais, se observa que não houve impugnação do edital por qualquer interessado ou pelo Ministério Público no prazo legal previsto para tal. Recurso desprovido" (fls. 720/722e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, rejeitados, nos seguintes termos:

"Embargos de declaração. Inexistência de omissão. Não há na hipótese qualquer omissão ou contradição a ser sanada, não se prestando os embargos para esclarecer questões que já foram decididas pela Câmara, tendo sido dado ao tema a exata dimensão, permitindo que o direito fosse corretamente aplicado ao caso. Impossibilidade de, pela via dos embargos de declaração, discutir-se matéria já examinada no julgamento da apelação, inexistindo qualquer mácula a ser sanada ou corrigida no acórdão, existindo, para tanto, os recursos constitucionais cabíveis. Destaque-se, ainda, que a uniforme jurisprudência pátria vem, diuturnamente, asseverando que não está o magistrado obrigado a julgar a lide de acordo com os dispositivos legais alegados pelas partes e nem está compelido a referir, um a um,

os dispositivos legais invocados pelas partes. A verdade é que os embargos, sabidamente, não servem para obrigar o magistrado a responder todos os argumentos ou alegações das partes, já que do julgador não se pode exigir mais do que a suficiente e racional motivação da decisão. O acolhimento dos embargos declaratórios, até mesmo para fins de prequestionamento, impõe a presença de algum dos vícios previstos no art. 535 do CPC, quais sejam, contradição, omissão ou obscuridade. Decisão da Câmara objeto dos presentes embargos que examinou todos os temas. Embargos rejeitados" (fl. 760e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com fulcro na alínea **a** do permissivo constitucional, sustenta o agravante violação do acórdão recorrido aos seguintes artigos e respectivas teses:

(a) 535, I e II, do CPC/73 - o acórdão recorrido foi omissivo e contraditório, pois "menciona a norma prevista no art. 320 do CTB e logo após, afirma que o critério adotado para a remuneração não ofende a moralidade administrativa" (fl. 781e);

(b) 30, I, da Lei 8.666/93 - nulidade do processo licitatório e do contrato por ausência de qualificação técnica, pois "afigura-se nulo o resultado do procedimento licitatório que ensejou a contratação da empresa Engebrás, nulidade esta que contamina o contrato celebrado entre os réus, bem como as multas impostas com fundamento nas informações por ela colhidas" (fl. 784e);

(c) 280, § 4º, do CTB - delegação ilegal do poder de polícia, na medida em que "o contrato impugnado não delega à empresa Engebrás apenas a execução material da fiscalização, consistente na operacionalização de aparelhos de radares eletrônicos e de encaminhamento das imagens colhidas ao DER/RJ" (fl. 725e); e dissonância entre o acórdão recorrido e o julgado no REsp 817.534/MG, publicado em 10/12/2009, onde restou consignado que "somente os atos relativos ao consentimento e à fiscalização são delegáveis, pois aqueles referentes à legislação e à sanção derivam do poder de coerção do Poder Público" (fl. 786e); e

(d) 320 do CTB - destinação irregular da arrecadação com as multas, pois "o regime de remuneração previsto na licitação, cujo valor corresponde a 16,98% dos valores arrecadados com a aplicação das multas, favorece a criação de uma "indústria da multa", na medida em que incentiva a aplicação do maior número possível de multas, ferindo a exegese do artigo 320 do CTB" (fl. 787e).

Requer, ao final, o provimento do recurso.

O recurso, todavia, não merece prosperar.

Inicialmente, no que se refere à alegada ofensa ao art. 535, I e II, do CPC, os

Embargos de Declaração têm, como objetivo, sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão existentes na decisão recorrida. Não há a alegada omissão no acórdão recorrido, eis que o Tribunal de origem pronunciou-se de forma clara, e precisa, sobre a questão posta nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte. Nesse sentido: STJ, REsp 739.711/MG, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJU de 14/12/2006.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 801.101/MG, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJU de 23/4/2008.

No que tange à tese de violação do art. 30, I, da Lei 8.666/93, quanto à nulidade do processo licitatório e do contrato por ausência de qualificação técnica, a Corte de origem assim se manifestou:

"Por fim, quanto à alegada inadequação da qualificação técnica exigida da empresa ENGEBRÁS, percebe-se a fragilidade da tese com a simples leitura do edital de licitação.

Ora, verifica-se que no edital de licitação, em seu item 4.2 (fls. 226), está estabelecido que a qualificação técnica da licitante será comprovada no CREA da região da sede da empresa, até mesmo porque não seria lógico a exigência de registro no local dos serviços ou obras para poder participar da licitação, haja vista que ainda não se foi decidido o vencedor do certame.

Porém, quando a empresa ré, ora apelada, venceu a licitação promoveu a regularização de seu registro junto ao Conselho Regional do Estado do Rio de Janeiro.

Ademais, o artigo 58 da Lei 5.194/66 ('Se e profissional, firma ou organização, registrado em qualquer Conselho Regional, exercer atividade em outra Região, ficará obrigado a visar, nela, o ser registro') diz apenas a respeito de empresa contratada e não empresa licitante, o que permite a interpretação de que a exigência do visto do registro no conselho regional do local da execução do contrato destinar-se-ia apenas ao vencedor do certame licitatório" (fl. 733e).

Destarte, a o Tribunal local decidiu em consonância com entendimento desta Corte Superior, no sentido de que a exigência da confirmação de registro no Conselho Regional "restringe o caráter competitivo do certame e estabelece preferências ou distinções em razão da sede ou domicílio dos interessados. Ademais, eventual exigência dessa natureza

somente seria devida por ocasião da contratação, e não da qualificação técnica do licitante" (STJ, REsp 1.155.781/ES, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/06/2010).

Ademais, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de cláusula contratual e de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar contrato ou o conjunto probatório dos autos, em conformidade com as Súmulas 5 e 7/STJ.

No que concerne à violação dos arts. 280, § 4º, e 320, do CTB, e à suposta dissonância do acórdão recorrido com o decidido no REsp 817.534/MG, o Tribunal estadual assim se manifestou:

"O art. 280, § 2º, da Lei de Trânsito, prevê a hipótese de comprovação da infração por equipamento audiovisual, como o tratado na espécie, podendo este ser contratado a terceiro, ficando a critério da Administração Pública comprar ou locar estes aparelhos de terceiros, sem que isso implique exercício do poder de polícia.

Assim, a leitura dessas disposições do Código de Trânsito Brasileiro evidencia que se faz necessário ao processamento da multa a lavratura de um auto de infração em que conste 'declaração da autoridade ou do agente da autoridade de trânsito, por aparelho eletrônico ou por equipamento audiovisual, reações químicas ou qualquer outro meio tecnologicamente disponível, previamente regulamentado pelo CONTRAN.'

Por fim, o artigo 280, § 4º explicita a quem, no exercício do poder de polícia, cabe aferir a existência do ato infracional e expedir a necessária notificação.

Deste modo, verifica-se que nada obsta que nesse procedimento que certos atos antecedentes do poder de polícia sejam exercidos por particulares, mediante contrato de prestação, conforme assentou Celso Antônio Bandeira de Mello, in Curso de Direito Administrativo, Malheiros, 15ª edição, págs. 726-728): (...)

Ademais, no que diz respeito ao exercício do poder de polícia, verifica-se que a quinta cláusula, item III, do contrato dispôs o seguinte (fls.245):

'As imagens arquivadas em meio magnético ou óptico serão encaminhadas ao DER-RJ devidamente acompanhadas de relatórios individuais, impressos em modelo a ser definido em comum acordo com a CONTRATADA, e deverão permitir a lavratura do AUTO DE INFRAÇÃO/NOTIFICAÇÃO'.

Portanto, basta a leitura da mencionada cláusula do contrato impugnado para se verificar que não se trata de delegação do poder de polícia, haja vista que a empresa contratada tão somente fornece, conserva e opera o equipamento eletrônico, com o fim de captar as imagens dos veículos infratores, encaminhando-as ao DER/RJ para efetivar a lavratura da multa cometida.

Deste modo, parece claro que a imposição da multa e expedição das notificações aos proprietários dos veículos são de competência exclusiva do órgão estatal, no caso a DER/RJ, não se podendo, pois, afirmar que a empresa contratada aplicava as multas de trânsito, mesmo porque nada foi comprovado pelo apelante neste sentido. Assim, chega-se a óbvia conclusão que os “pardais” não aplicam multas, apenas fornecem meios fáticos para que o DER/RJ lavre o auto e imponha multas se comprovada a infração.

Neste sentido, caminha a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme se observa em seu informativo de jurisprudência nº 373: (...)

Também não tem razão o recorrente ao pugnar pela ilegalidade do preço do contrato, com o produto da arrecadação das multas, que ficou estabelecido em 16,98% sobre a receita arrecadada (fls.246).

O art. 320 do CTB autoriza a aplicação da receita com multas por infração de trânsito, na fiscalização e policiamento.

Ora, a comprovação dessas infrações através de meios eletrônicos é apenas uma etapa da fiscalização e do policiamento, podendo ser perfeitamente usada a receita com multas.

Por outro lado, a remuneração constante do contrato realizado ('Cláusula sétima – (Preço) – O DER-RJ pagará à contratada, pela prestação dos serviços, o equivalente a 16,98% sobre o valor das multas efetivamente arrecadadas..... – fls.246) encontra-se em harmonia com a previsão do edital ('4.4.2 – O valor percentual a ser declarado pela (s) licitante (s), não poderá ultrapassar a porcentagem de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor das multas efetivamente arrecadadas.....' (fls. 232) representando sua estipulação um critério objetivo para o equilíbrio contratual, não ofensivo à moralidade administrativa.

Ademais, não cabe ao Poder Judiciário determinar se o preço estabelecido no contrato é justo, ou a sua forma de pagamento, haja vista o poder discricionário da Administração, a quem cabe avaliar a conveniência e oportunidade do ato.

Destaque-se que este Tribunal de Justiça já decidiu sobre a matéria abordada neste julgado, inclusive tendo como réus os mesmos da

presente ação, ficando assim ementado, verbis: (...)" (726/732e).

Importante considerar que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que não é possível a aplicação de sanções pecuniárias por sociedade de economia mista, facultado, entretanto, o exercício do poder de polícia fiscalizatório.

Confira-se:

"ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PODER DE POLÍCIA. TRÂNSITO. SANÇÃO PECUNIÁRIA APLICADA POR SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que não é possível a aplicação de sanções pecuniárias por sociedade de economia mista, **facultado o exercício do poder de polícia fiscalizatório. Precedentes: EDcl no REsp 817.534/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 25/5/2010, DJe 16/6/2010, AgRg no AREsp 539.558/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 25/11/2014, DJe 3/12/2014, AgRg na Rel 9.850/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, julgado em 14/11/2012, DJe 20/11/2012.**

2. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 541.532/MG, Rel. Ministra DIVA MALERBI, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/08/2016).

"ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. MULTA DE TRÂNSITO. NECESSIDADE DE IDENTIFICAÇÃO DO AGENTE. AUTO DE INFRAÇÃO.

1. **Nos termos do artigo 280, § 4º, do Código de Trânsito, o agente da autoridade de trânsito competente para lavrar o auto de infração poderá ser servidor civil, estatutário ou celetista ou, ainda, policial militar designado pela autoridade de trânsito com jurisdição sobre a via no âmbito de sua competência. O aresto consignou que toda e qualquer notificação é lavrada por autoridade administrativa.**

2. **Certos atos materiais que precedem atos jurídicos de polícia podem ser praticados por particulares, mediante delegação, propriamente dita, ou em decorrência de um simples contrato de prestação. Em ambos os casos (isto é, com ou sem**

delegação), às vezes, tal figura aparecerá sob o rótulo de 'credenciamento'.

3. É descabido exigir-se a presença do agente para lavrar o auto de infração no local e momento em que ocorreu a infração, pois o § 2º do CTB admite como meio para comprovar a ocorrência "aparelho eletrônico ou por equipamento audiovisual (...) previamente regulamentado pelo CONTRAN."

4. Recurso especial a que se nega provimento" (STJ, REsp 880.549/DF, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/11/2008).

"ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. MULTA DE TRÂNSITO. NECESSIDADE DE IDENTIFICAÇÃO DO AGENTE. AUTO DE INFRAÇÃO.

1. Nos termos do artigo 280, § 4º, do Código de Trânsito, o agente da autoridade de trânsito competente para lavrar o auto de infração poderá ser servidor civil, estatutário ou celetista ou, ainda, policial militar designado pela autoridade de trânsito com jurisdição sobre a via no âmbito de sua competência. O aresto consignou que toda e qualquer notificação é lavrada por autoridade administrativa.

2. 'Daí não se segue, entretanto, que certos atos materiais que precedem atos jurídicos de polícia não possam ser praticados por particulares, mediante delegação, propriamente dita, ou em decorrência de um simples contrato de prestação. Em ambos os casos (isto é, com ou sem delegação), às vezes, tal figura aparecerá sob o rótulo de 'credenciamento'. Adílson Dallari, em interessantíssimo estudo, recolhe variado exemplário de 'credenciamentos'. É o que sucede, por exemplo, na fiscalização do cumprimento de normas de trânsito mediante equipamentos fotossensores, pertencentes e operados por empresas privadas contratadas pelo Poder Público, que acusam a velocidade do veículo ao ultrapassar determinado ponto e lhe captam eletronicamente a imagem, registrando dia e momento da ocorrência' (Celso Antônio Bandeira de Mello, in 'Curso de Direito Administrativo, Malheiros, 15ª edição, pág. 726).

3. É descabido exigir-se a presença do agente para lavrar o auto de infração no local e momento em que ocorreu a infração, pois o § 2º do CTB admite como meio para comprovar a ocorrência 'aparelho eletrônico ou por equipamento audiovisual (...) previamente regulamentado pelo CONTRAN.'

4. Não se discutiu sobre a impossibilidade da administração valer-se de cláusula que estabelece exceção para notificação pessoal da infração para instituir controle eletrônico.

5. Recurso especial improvido" (STJ, REsp 712.312/DF, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJ de 21/03/2006, p. 113).

Assim, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 83/STJ, **in verbis**: "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".

Ademais, a Corte de origem consignou que o contrato foi celebrado, com intuito de gerenciamento, controle e fiscalização da velocidade nas rodovias estaduais, e que "a empresa contratada tão somente fornece, conserva e opera o equipamento eletrônico, com o fim de captar as imagens dos veículos infratores, encaminhando-as ao DER/RJ para efetivar a lavratura da multa cometida" (fl. 720/721e), chancelando que os requisitos do art. 320 do CTB foram devidamente preenchidos pelo certame licitatório, nos termos seguintes:

"O art. 320 do CTB autoriza a aplicação da receita com multas por infração de trânsito, na fiscalização e policiamento. Ora, a comprovação dessas infrações através de meios eletrônicos é apenas uma etapa da fiscalização e do policiamento, podendo ser perfeitamente usada a receita com multas. Por outro lado, a remuneração constante do contrato realizado ('Cláusula sétima – (Preço) – O DER-RJ pagará à contratada, pela prestação dos serviços, o equivalente a 16,98% sobre o valor das multas efetivamente arrecadadas..... – fls. 246) encontra-se em harmonia com a previsão do edital ('4.4.2 – O valor percentual a ser declarado pela (s) licitante (s), não poderá ultrapassar a porcentagem de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor das multas efetivamente arrecadadas.....' fls. 232) representando sua estipulação um critério objetivo para o equilíbrio contratual, não ofensivo à moralidade administrativa. Ademais, não cabe ao Poder Judiciário determinar se o preço estabelecido no contrato é justo, ou a sua forma de pagamento, haja vista o poder discricionário da Administração, a quem cabe avaliar a conveniência e oportunidade do ato. Precedentes." (fl. 730e).

Desse modo, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de cláusula contratual e de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar contrato ou o

conjunto probatório dos autos, em conformidade com as Súmulas 5 e 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **b**, do RISTJ, **conheço do Agravo para conhecer em parte** do Recurso Especial **e, nessa extensão, negar-lhe** provimento.

Deixo de majorar os honorários recursais, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministra ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora